UBUNTU: LITERATURA INFANTIL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Laura Pelágio Pires de Souza (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Heloisa Toshie Irie Saito (Orientadora). E-mail: laurapelagio271@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Maringá, PR.

Área: Ciências Humanas / Subárea: Educação

Palavras-chave: Primeira infância; práticas pedagógicas; antirracismo.

RESUMO

Esta pesquisa de iniciação científica teve como objetivo estudar, embasando-se em documentos oficiais e em textos que discutem as relações étnico-raciais e a organização do trabalho educativo no âmbito da Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, o uso de literaturas infantis que abordem tais relações a fim de viabilizar uma formação mais humanizada da criança. A investigação buscou evidenciar leituras e reflexões sobre as relações étnico-raciais e as diferenças culturais no ambiente escolar. Justificou-se por contribuir com o debate acerca de uma formação mais humanizada na educação infantil, trazendo à tona a relevância de contemplar obras literárias que promovam a equidade e o respeito à diversidade, de modo a responder às especificidades da referida etapa educacional. Os resultados indicaram que a literatura de temática étnico-racial atua como ferramenta de resistência política, revelando a funcionalidade da mediação docente associada à filosofia Ubuntu enquanto forma de possibilitar a superação da neutralidade colonial e do mito da democracia racial nas instituições de ensino. Concluiu-se que o letramento literário crítico na etapa inicial da educação básica é fundamental para a desconstrução de desigualdades e a valorização da diversidade cultural.

INTRODUÇÃO

> No momento em que os seres humanos, intervindo no suporte, foram criando o mundo, inventando a linguagem com que passaram a dar nome às coisas que faziam com a ação sobre o mundo, na medida em que se foram habilitando a inteligir o mundo e criaram por consequências a necessária comunicabilidade do inteligido, já não foi possível existir a não ser disponível à tensão radical e profunda entre o bem e o mal, entre a dignidade e a indignidade, entre a decência e o despudor, entre a boniteza e a feiura do mundo. Quer dizer, já não foi possível existir sem assumir o direito e o dever de optar, de decidir, de lutar, de fazer política (Freire, 1996, p. 27).

A luta pela construção de cidadãos crítico-reflexivos capazes de pensar e intervir na sociedade, perpassa o campo do conhecimento, uma vez que a práxis político-

pedagógica dos movimentos sociais constrói saberes insurgentes. Isso é feito a partir de ações que buscam recontar a história oficial e tensionar o campo educacional.

Este estudo destacou a educação na valorização das relações étnico-raciais, analisando saberes e marcos legais como ferramentas contra o preconceito. Munanga (2015) ressalta a importância do reconhecimento das identidades no plano jurídico e a formação de uma cidadania via pedagogia multicultural, essencial para que o debate das minorias alcance as crianças.

Ecoando Munanga (2015), questionamos a viabilidade de um ensino de cultura brasileira que exclua a história de grupos étnicos em condições desiguais. A construção da identidade racial deve ocorrer através de uma socialização que enfatize a convivência igualitária das diferenças, superando a tentativa de erradicar o conceito de raça.

Pensando em termos de Brasil, precisamos considerar que vivemos em uma sociedade patriarcal. Historicamente, a sociedade brasileira é constituída por homens e mulheres que tecem comentários racistas, marcados pela exclusão social, em particular nos processos de escolarização, de grupos específicos diferenciados pela questão étnico-racial.

As práticas sociais na Educação Infantil são basilares para o pensamento infantil. A pesquisa utiliza obras literárias que tratam o tema racial para sensibilizar contra violências estruturais e promover o reconhecimento da pluralidade de identidades, combatendo preconceitos instaurados por instituições sociais.

Trouxe à tona estratégias pedagógicas que ajudam docentes na organização de uma prática formativa e autônoma, compreendendo que o letramento literário crítico permite que crianças e educadores busquem sentido na realidade, transformando a literatura infantil em um eixo de desenvolvimento humano e justiça social.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa foi um estudo bibliográfico e documental. A metodologia baseou-se na análise de documentos oficiais (LDB nº 9.394/96, Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, BNCC, Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares e Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil de 2006) e em revisão bibliográfica focada na educação antirracista, utilizando referenciais como Munanga, Gomes, hooks e Freire para articular o papel do professor e a literatura infantil como ferramentas para a justiça social na primeira etapa da educação básica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental e bibliográfica revelou que, apesar do avanço representado pela obrigatoriedade legal das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, o cotidiano da Educação Infantil ainda confronta a perpetuação do "mito da democracia racial". Esse mito manifesta-se por meio de uma postura de neutralidade colonial que mascara as desigualdades estruturais sob o discurso da igualdade abstrata. Ao

ignorar as especificidades raciais no ambiente escolar, reforça-se o silenciamento e a invisibilização da cultura e da história afro-brasileira.
Nesse contexto, a filosofia africana Ubuntu — sintetizada pela premissa "Eu sou porque nós somos" — surge como pilar epistemológico indispensável para refundar as práticas pedagógicas. Em vez de uma perspectiva individualista e eurocêntrica, o Ubuntu promove a interdependência, o afeto e o reconhecimento comunitário. Quando articulado à ética do amor proposta por bell hooks (2013), que defende a educação como prática da liberdade e espaço de cura e transgressão, o ambiente escolar converte-se em um solo humanizador em que o cuidado e o ensino se entrelaçam na desconstrução de opressões.
A mediação docente intencional com obras literárias que tratam o tema racial materializa esse encontro analítico. A literatura infantil com protagonismo negro atua como instrumento crítico capaz de promover o princípio de Kujichagulia (autodeterminação). Ao se verem positivamente representadas nas narrativas, as crianças negras exercem o direito de definir a si mesmas, suas histórias e suas estética, rompendo com estereótipos subalternizantes. Assim, a mediação pedagógica engajada transforma ausências históricas em presenças constitutivas, assegurando o desenvolvimento do letramento antirracista desde a primeira infância.

CONCLUSÕES

A presente pesquisa buscou evidenciar que a Educação Infantil, enquanto primeira etapa da educação básica, constitui-se como um espaço estratégico e efetivo para a desconstrução de preconceitos, além do fortalecimento das identidades étnico-raciais. Ao longo do período deste estudo, constatamos que as políticas de reparação histórica, integradas as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, encontram na literatura infantil um aporte simbólico e estético capaz de transformar o ambiente escolar em um solo fértil para a justiça social.
As análises reafirmam que o silenciamento e a falsa neutralidade no ambiente escolar operam como mecanismos de manutenção do racismo estrutural. Em contrapartida, o docente, por meio do uso intencional de narrativas que privilegiam o protagonismo negro e a diversidade cultural, permite à criança (negra ou branca) romper com a hegemonia dos padrões eurocêntricos implementados por obras canônicas. A literatura, portanto, não se faz apenas no ambiente de sala como um recurso lúdico, mas como uma ferramenta de humanização e resistência que viabiliza o direito de sonhar e a autodeterminação, princípios fundamentais ao conceito de Kujichagulia.
O professor, como mediador, pode vincular a filosofia Ubuntu à ética do amor de bell hooks. Portanto, através do letramento crítico, a escola pode cumprir seu papel na construção de uma sociedade equânime, onde todas as infâncias são celebradas em sua plena humanidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à instituição de ensino e aos órgãos de fomento que contribuíram para a realização deste projeto, em especial à Universidade Estadual de Maringá (UEM) e ao programa de iniciação científica CAPES, pelo apoio financeiro. Estendo meus agradecimentos à professora orientadora pelo acompanhamento e pelas contribuições ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003, para incluir a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, N. L. **O Movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MUNANGA, K. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 20-31, 2015.